



Exame de Direito Romano – Turma C

Coincidência (Critérios de Correção)

26 de Janeiro de 2024

Desenvolva quatro (4) dos seguintes temas:

1. Tópicos de correção: Comentário crítico do texto, explicitando e problematizando, nomeadamente: o conceito de Direito Romano. A relevância do método jurisprudencial e do ensino assente na jurisprudência. A justiça como finalidade da solução. A diferença entre a norma legal e a norma jurídica. Só pelo Direito Romano se pode diferenciar a norma legal da norma jurídica. O Direito Romano como fundamento do direito comum europeu. O Direito Romano como *ars iuris*.
2. Tópicos de correção: Comentário crítico do texto, relacionando os diferentes aspetos e referindo, nomeadamente: Caracterização da pretura e das funções jurídicas do pretor no contexto do processo de evolução do direito romano; relação entre *iurisprudencia* e pretura através da participação no *consilium* do magistrado e na elaboração dos *edicta*. A função jurisdicional do pretor urbano: datação, contexto e evolução; fases processuais *in iure* e *apud iudicem*, funções do pretor e do *iudex*; caracterização do processo das *legis actiones*; expedientes baseados no *imperium* (*stipulationes praetoriae*, *restitutiones in integrum*, *missiones*, *interdicta*); criação do pretor peregrino. Introdução do *agere* per formulas no exercício e diferenciação: a formula; coexistência dos modos de processar; expedientes baseados na *iurisdictio*, em especial a *actio praetoria*; relevância da *lex Aebutia de formulis* para a evolução do *ius praetorium*, em especial o valor do *edictum* do pretor enquanto fonte do *ius honorarium*; a autonomização plena da *iurisdictio* do pretor. Evolução jurídico-política posterior; contexto, justificação e significado do *ius publice respondendi ex auctoritate principis*; a limitação da *iurisdictio* do pretor: institucionalização da *cognitio extra ordinem*; o *edictum* enquanto constituição imperial; o *Edictum Perpetuum* de Adriano. Limitação

da acção do pretor e do *index*; a intervenção de Augusto e o *rescriptum* de Adriano.

3. Tópicos de correção: Comentário crítico do texto, relacionando os diferentes aspectos e referindo, nomeadamente a evolução da jurisprudência romana e o processo de racionalização operado. *Respondere* como actividade prudencial; o valor jurídico dos responsa dos jurisperitos; conceito de *auctoritas* prudencial; contexto, justificação e significado do *ius publice respondendi ex auctoritate principis*; a limitação da *auctoritas* prudencial; Contexto jurídico-político e datação, conteúdo da Lei das Citações; valor da *iurisprudentia* invocada em juízo no contexto da referida lei; identificação dos juristas referenciados na Lei das Citações e critérios de utilização e ponderação das opiniões dos mesmos; influência da Lei das citações para a sedimentação do desaparecimento da *iurisprudentia* como actividade criativa e seu esgotamento; a consagração da alteração do valor jurídico dos *responsa prudentium*; burocratização posterior do jurisperito.
4. Tópicos de correção: Definição de *plebiscitum*; relação com os *concilia plebis* e com a acção do Tribuno da Plebe; definição de *lex rogata*; as assembleias do *Populus – comitia* e *concilia plebis*; evolução do valor jurídico do *plebiscitum* – referência à *lex Valeria Horatia de plebiscitis*, contexto, datação e conteúdo jurídico; referência à *lex Hortensia de plebiscitis*, contexto, datação e conteúdo jurídico; equiparação dos plebiscita às *leges comiciais*; importância no processo de consagração jurídico-política da paridade entre patrícios e plebeus no período de transição e na República; relevância como fonte normativa.
5. Tópicos de correção: Contexto histórico e processo de elaboração da compilação justinianeia; a importância das escolas; identificação das obras, datação, finalidade e conteúdo das compilações; as compilações de *leges* e as compilações de *iura*; anteriores compilações de legislação imperial; aplicação da compilação justinianeia no ocidente; utilização da compilação justinianeia como fonte de direito

Boa sorte!

Duração: 90 minutos

Cotações: 5 valores cada questão